

## **POLÍTICA DE INTERVENÇÃO E EXERCÍCIO DE DIREITOS DE VOTO**

### **LINHAS GERAIS DE ORIENTAÇÃO**

**CGD Pensões, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.**, em matéria de política de intervenção e exercício de direitos de voto relativamente às sociedades emitentes de valores mobiliários que integram o património dos fundos de pensões por si geridos, esclarece que, para efeitos do previsto no artigo 2º da Norma Regulamentar n.º 7/2007-R de 17 de Maio emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal, procederá da seguinte forma:

1 – Decidirá, em cada momento, conforme o fundo de pensões em causa, uma possível intervenção e exercício dos seus direitos de voto, por meio de um dos seguintes procedimentos:

A) Através de decisão do seu Conselho de Administração, ouvidos a Comissão de Investimentos e o(s) Associado(s), tendo sempre a aprovação deste;

ou

B) Mediante decisão da Comissão de Investimentos, tendo sempre a aprovação do(s) Associado(s);

ou

C) Através de decisão da Comissão de Investimentos e aprovação do seu Conselho de Administração.

2 - A política de intervenção e exercício de direitos de voto poderá ser orientada, consoante a natureza do fundo de pensões em questão, no sentido de uma Política de Investimento que tenha por objectivo orientar a gestão do fundo de pensões e seja realizada através da explicitação do *Benchmark* e de outras restrições e expectativas, tais como a possibilidade de utilização de futuros, intervalos para a alocação às diversas

classes de activos, a possibilidade de utilização do investimento em imóveis, e outros, incluindo igualmente a especificação dos objectivos de valor acrescentado para o Fundo de Pensões, visando desta forma permitir um maior controlo e apoio da gestora através da indicação dos instrumentos possíveis de utilizar.

**3 - A CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A** intervirá, caso tal seja decidido mediante opção exposta no ponto 1, directamente pelo seu Conselho de Administração ou por intermédio de um representante designado e vinculado a orientações da entidade gestora de fundos de pensões, tendo sempre subjacente o melhor interesse para cada Fundo.

4 - A política de intervenção e exercício de direitos de voto, em todos os fundos de pensões fechados deverá ter sempre a aprovação do(s) respectivo(s) Associado(s).

**5 - A CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A** exercerá o direito de voto, nas matérias de *Corporate Governance*, alterações estatutárias, alterações da estrutura de capital, processos de fusão e de aquisição, políticas de remuneração e de benefícios e responsabilidade social, de acordo com o que em cada momento se mostrar mais consentâneo com a prossecução do programa de cada Fundo.

6 - De acordo com o enunciado no n.º 3 do art. 2º da Norma Regulamentar nº7/2007-R, de 17 de Maio, do Instituto de Seguros de Portugal, a **CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A** reserva-se no direito de adoptar, num fundo de pensões em concreto ou numa situação concreta de exercício de direito de voto, outras estratégias específicas em matéria do exercício de direito de voto que se mostrem mais ajustadas, designadamente as resultantes da eventual intervenção dos Associados na definição da Política de Investimento.

1 de Setembro de 2007